

O Papel das Ciências Sociais na promoção de uma sociedade mais inclusiva

Paula Remoaldo, Alexandra Esteves,
Maria José Caldeira e Ana Duarte Melo

Instituto de Ciências Sociais

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.186.9>

INTRODUÇÃO

Criadas na Idade Média, as universidades têm sido, desde sempre, instituições conotadas com a vanguarda e com o cosmopolitismo dentro dos cânones do seu tempo histórico. Desde a sua fundação, afirmaram-se como espaços de produção, de preservação e de difusão de cultura e de saber, procurando, ainda, dar resposta às necessidades tidas como mais prementes e aos múltiplos desafios que, em diferentes tempos e lugares, se têm colocado à sociedade.

Na perspetiva de Umberto Eco (2016), uma possível identidade europeia nasceu aquando da criação da primeira universidade, em 1088, em Bolonha. Nas suas palavras, proferidas na comemoração dos 25 anos da *Magna Charta Universitatum*: “As universidades formaram assim o primeiro núcleo de uma futura identidade europeia; a Europa das universidades deixou de ser somente uma expressão geográfica para se tornar uma comunidade cultural” (Eco, 2016, p. 2).

As universidades são, simultaneamente, espaços de memória e de inovação, de aceitação e de rutura, de divisão e de unificação. Apesar destes aparentes paradoxos, foi assim que se fizeram e subsistem: como espaços de encontro da diversidade. Desde a sua origem, têm procurado dar resposta às necessidades sociais, assim como estimular a construção do conhecimento e fomentar o debate e o exercício do espírito crítico, tendo como horizonte a edificação de uma sociedade mais equitativa, numa constante adaptação às circunstâncias ditadas pelo tempo, se bem que as mudanças mais significativas tiveram lugar na contemporaneidade, particularmente no século XX.

A Universidade do Minho, fundada no ano de 1973, teve, diferentemente de outras universidades portuguesas, condições para construir um modelo mais avançado, um modelo matricial de organização e de gestão que foi alterado algumas décadas depois, de modo a acompanhar e a dar resposta às mudanças e às necessidades que, entretanto, foram surgindo.

O modelo científico nacional foi proporcionando a implementação de novos modelos de investigação, com a criação de novos enfoques de gestão da ciência, mais exigentes e competitivos, herdeiros da política desenvolvida pelo ministro José Mariano Gago.

Esta evolução permitiu o aparecimento da segunda geração de universidades, *i.e.*, a passagem de uma primeira geração (centrada nos elevados padrões de formação) para uma segunda geração (que aditou a necessidade de assegurar investigação de qualidade). Esta transformação operou-se de forma mais rápida e mais tardiamente na UMinho (e por arrasto nas Ciências Sociais) e nas restantes universidades portuguesas, quando se faz a comparação com o que se passou num número significativo de países europeus.

Celebrar os 50 anos de existência da Universidade do Minho implica recordar, entre muitos outros aspetos, os momentos e os episódios mais relevantes do caminho percorrido, os inúmeros desafios com que a instituição foi sendo confrontada e o contributo que tem dado para a construção de uma sociedade mais inclusiva, mais aberta, mais esclarecida, tentando, afinal, contrariar a persistência de problemas e de carências de toda a ordem, para os quais também não se vislumbra, a curto ou a médio prazo, solução.

Usando fontes secundárias e um enfoque qualitativo, centramos a nossa análise nos cinquenta anos de existência da UMinho e tentamos antecipar o seu posicionamento no futuro.

Neste sentido, três objetivos orientaram o presente capítulo:

1. identificar os principais contributos das Ciências Sociais para a missão da UMinho;
2. caracterizar o posicionamento das Ciências Sociais na comunidade;
3. prospetivar os desafios sociais emergentes na promoção de uma sociedade mais inclusiva.

Estruturado em três secções, para além da Introdução, o capítulo inicia-se com a análise dos principais contributos das Ciências Sociais para a missão da UMinho e para a comunidade envolvente. Segue-se a enumeração, que não se pretende exaustiva, dos desafios sociais emergentes e a referência ao que se julga ser o papel das Ciências Sociais na promoção de uma sociedade mais

inclusiva. A última secção apresenta, em jeito de balanço, as principais ilações e propõe novos caminhos.

PRINCIPAIS CONTRIBUTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA MISSÃO DA UMINHO

A Universidade do Minho não tem séculos de história, mas nos seus 50 anos de existência enfrentou e superou vários desafios, que nos propomos destacar:

- formou um número muito significativo de recursos humanos em diversas áreas;
- promoveu modelos de humanismo;
- transformou mentalidades e formas de atuar nos territórios;
- ajudou a combater as desigualdades sociais;
- proporcionou condições para uma abordagem multidisciplinar de inúmeras temáticas ligadas a desafios sociais.

À ideia de uma universidade universal (Barnett, 2005) ou eventualmente encerrada e autocentrada na sua Torre de Marfim contrapõe-se uma universidade empreendedora e aberta (“universidade sem muros”) em diálogo com o território e com os seus *stakeholders*, numa visão empresarial, virada para o mercado. Esta visão neoliberal se, por um lado, parece redefinir o papel das universidades europeias em termos puramente quantitativos ou formalísticos, como produção, excelência ou qualidade, por outro lado, defende noções de governança e *accountability*, que alegadamente contribuem para a transparência dos processos.

Não sendo nenhum destes modelos ajustado à perspetiva contemporânea das Ciências Sociais sobre uma ideia de universidade, Weymans (2010) propôs um modelo alternativo, que não fique confinado à vontade soberana dos académicos, nem à contabilidade dos *outputs* de eficiência e produtividade, resultando numa aceção de que a produção e a partilha do conhecimento são parte vital das economias e das sociedades contemporâneas.

Em Portugal, as Ciências Sociais sempre desempenharam um papel diversificado, ativo e conciliador em diversos domínios da vida universitária, empresarial e social. Alguns dos seus desígnios têm-se prendido com a elaboração de modelos de desenvolvimento, o questionamento do sentido do crescimento tecnológico, a reflexão sobre os desafios do progresso e os seus impactes nas relações sociais e profissionais, sobre forma como nos organizamos e relacionamos ou sobre a profundidade do passado e a efemeridade do presente, essenciais para a projeção de um futuro mais promissor.

Acompanhando uma linha de pensamento crítico transversal a outras latitudes e realidades universitárias, as Ciências Sociais posicionam-se como

ciências instigadoras e reflexivas, com contributos tanto mais relevantes quanto mais o paradigma positivista da técnica e das chamadas Ciências Exatas e, mais recentemente, o imperativo do mercado e da contabilização do saber, se tornaram preponderantes, quando não exclusivos.

As Ciências Sociais souberam acompanhar o Portugal democrático instituído há 50 anos e desempenharam um papel conciliador e complementar dos vários saberes científicos que foram sendo gerados e alimentados nas (pelas) universidades.

Em 1988, Adérito Sedas Nunes sublinhou a importância das publicações ligadas à revista *Análise Social*, que, nesse ano, editou o número 100. Fundada em 1963, a *Análise Social* (publicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), a mais antiga revista multidisciplinar de Ciências Sociais em Portugal, assumiu o desígnio do encontro entre diversas abordagens científico-sociais, com destaque para a Sociologia, a Ciência Política, a História, a Antropologia, a Psicologia Social e a Geografia. A crise do Estado liberal (no período entre as duas Guerras Mundiais), a história do Marxismo e do Socialismo, a “resistência ou oposição ao Salazarismo (...), [do] desenvolvimento de novas classes médias urbanas, (...) à espectacular expansão da população universitária estudantil, (...) à crescente inadaptação das Universidades às mudanças sociais (...)” (Nunes, 1988, p. 11) foram fatores relevantes na discussão e produção científica, a que se juntariam mais tarde outras revistas de discussão, como, por exemplo, a *Revista Crítica de Ciências Sociais*, fundada em 1978 e ligada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Por seu turno, o Instituto de Ciências Sociais (ICS) é uma das escolas fundadoras da Universidade do Minho, emergindo em 1976, três anos depois da criação da universidade. O Regulamento Interno Provisório da Universidade do Minho, da época, previa a existência de cinco áreas pedagógicas: Ciências Sociais, Letras e Artes, Ciências Exatas e da Natureza, Engenharia e Educação. Em outubro desse ano, iniciaram-se os cursos de formação de professores em Ciências Sociais, em regime de bacharelato. Antes do final dessa década, a licenciatura em Ensino de História e Ciências Sociais já fazia parte da oferta educativa da Universidade. Nos Estatutos de 1989, o Instituto de Ciências Sociais já aparecia como uma das Escolas da Instituição.

A missão do Instituto de Ciências Sociais está definida nos seus Estatutos, cuja versão mais recente foi publicada em Diário da República a 25 de setembro de 2018 (Despacho n.º 9032/2018 – Diário da República n.º 185/2018, Série II de 2018-09-25): “O Instituto tem como missão gerar, difundir e aplicar

conhecimento no âmbito das Ciências Sociais e domínios afins, assente na liberdade de pensamento, promovendo a educação superior e contribuindo para a construção de um modelo de sociedade baseado em factores de crescimento, desenvolvimento sustentável, bem-estar e solidariedade (...) o cumprimento da missão (...) é realizado num quadro de referência internacional, com base na centralidade da investigação e da sua estreita articulação com o ensino (...).”

Na década de 1980, a Universidade do Minho teve condições para analisar problemas sociais, quer à escala nacional, quer à escala regional e local, porque as Ciências Sociais foram estruturantes na matriz inicial inerente à constituição da UMinho (Alves, 2010), ainda que a sua oferta educativa tenha crescido nos anos de 1990 e se tenha consolidado nos anos de 2000.

Com a formalização do Instituto de Ciências Sociais, as Ciências Sociais ganharam um novo fôlego institucional no âmbito da UMinho.

Em paralelo, a edição dos *Cadernos do Noroeste*, com um número especial editado em 1986, assumiu, nos anos posteriores, um papel mais relevante e agregador de pensamentos no seio das Ciências Sociais, num momento em que estava a iniciar a sua consolidação na UMinho.

Este facto coincidiu com o início formal de leccionação da Sociologia na UMinho (Licenciatura em Sociologia das Organizações), em 1989, permitindo uma ligação mais insistente e consistente à comunidade envolvente e uma maior divulgação da investigação que estava a ser realizada no âmbito das Ciências Sociais. Ambicionou ser um espaço novo de reflexão e de discussão sobre as realidades sociais, contando com o contributo dos docentes do Instituto de Ciências Sociais, num momento em que os investigadores sociais tiveram que se adaptar a novos requisitos da carreira docente universitária.

De forma livre e com sentido humanista, os cientistas sociais recém-chegados ao Instituto de Ciências Sociais passaram a poder tratar os problemas sociais ligados ao Noroeste e a avançar propostas de resolução. Esta forte ligação resultou, desde cedo, num entrelaçamento proveitoso com as autarquias locais e com inúmeras associações de desenvolvimento local e regional.

A revista alargou o seu contributo com a entrada de novos docentes na década de 1990, proporcionando uma formação sólida a milhares de estudantes. Acolhendo, inicialmente, mais textos vocacionados para a História, Arqueologia, Antropologia e Sociologia, com a introdução das Ciências da Comunicação e da Geografia e Planeamento na oferta educativa da UMinho, foram sendo criadas condições para uma maior diversificação da intervenção das Ciências Sociais.

A utilização pelos atores locais dos resultados científicos construídos na universidade coincide com a apelidada terceira geração de universidades, que perspetiva a melhoria da competitividade das empresas, induzindo a competitividade da respetiva região (Lukovics e Zuti, 2015). Nesse sentido, é notória a abertura dos docentes e investigadores do ICS da UMinho às instituições locais e regionais a partir de finais da década de 1980.

No meio deste processo de mudança, o Centro de Ciências Históricas e Sociais (CCHS), criado em 1988, permitiu o fluir de uma nova dinâmica de investigação e de divulgação dos resultados inerentes às inúmeras investigações que ocorriam no ICS, adotando um perfil de maior internacionalização das Ciências Sociais da UMinho e integrando, até 2002, a totalidade de investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Os primeiros números dos *Cadernos do Noroeste* remetem-nos para motivações e posturas individualizadas, sobretudo sobre o retrato social dos anos de 1980 e recuando até ao primeiro milénio A.C. Os emigrantes portugueses (*e.g.*, por Albertino Gonçalves), a indústria e as pequenas empresas (por Manuel da Silva e Costa) e a casa rural minhota ligada aos séculos XVIII e XIX (por Margarida Durães), temáticas complementadas com a perspetiva de Jean-Martin Rabot sobre a economia e a religião em Max Weber, davam o mote nos primeiros números. Também as deambulações pela evolução do povoamento do Vale do Cávado entre o primeiro milénio A.C. e a Romanização (por Manuela Martins), por Braga do século XVIII e XIX (por José Viriato Capela) e por Guimarães na Baixa Idade Média (por Maria da Conceição Falcão Ferreira) faziam crescer a ambição das Ciências Sociais de abarcarem um período muito extenso da nossa história. Noroeste: cadernos interdisciplinares foi a designação que então surgiu. Apesar de não ser evidente o fio condutor entre as várias abordagens, apraz-nos salientar a vontade de expressão dos vários olhares sobre a sociedade e os territórios do Noroeste por parte dos docentes das Ciências Sociais da UMinho.

A massa crítica e a produção científica existentes ligadas à produção da Revista *Sociedade e Cultura* (associada aos *Cadernos do Noroeste*) foram cruciais para uma nova etapa, em que se reconheceu a necessidade da constituição de várias unidades de investigação.

Paralelamente, a partir de finais dos anos de 1990, com o aparecimento da série *Comunicação e Sociedade* nos *Cadernos do Noroeste* ou a *Revista Configurações*, já depois de meados dos anos de 2000, a investigação no ICS passou a ganhar uma maior projeção internacional, ainda que as suas publicações tenham continuado a incidir sobre a realidade local, regional e nacional.

A Cultura, a Ciência e Identidade, as Organizações, o Território e Desenvolvimento, a População, Família e Saúde e ainda o Trabalho, Desigualdades e Políticas Públicas eram as áreas temáticas desta série dos *Cadernos do Noroeste*.

Os impactos desta publicação foram evidentes, sobretudo a nível regional e nacional, necessitando de novos modelos (noutras línguas para além da portuguesa), que emergiram mais tarde, quando o CCHS, nos anos de 2000, se viu confrontado com novas formas de fazer ciência e se operaram transformações na investigação do ICS com a constituição de vários Centros de Investigação [e.g., o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), em 2001, e o Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS), em 2007]. No âmbito da História, foi criado o Núcleo de Estudos da População e Sociedade (NEPS), que se destacou no domínio da Demografia Histórica, e o Centro de Investigação Transdisciplinar Tempo, Espaço e Memória (CITCEM). Este Centro, fundado em 2007, resultou da junção de quatro unidades de investigação: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade (CIUHE), Instituto de História Moderna (IHM-UP), Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho (NARQ) e Núcleo de Estudos Literários (NEL). Entretanto, em 2013, foi criado o Laboratório de Paisagens, Património e Território. No âmbito da Geografia, o NIGP (Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento) dava os primeiros passos no início dos anos 2000.

Foi, aliás, a partir dos anos 2000, que emergiram posturas mais cruzadas, inter e transdisciplinares, e passou a ser mais evidente e frutuoso o trabalho em equipa, com cruzamentos entre as seis áreas científicas existentes no ICS (Antropologia, Arqueologia, Ciências da Comunicação, Geografia, História e Sociologia). Também foi a partir dessa década que começaram a ser mais claros os contributos dos investigadores do ICS para os Oito Objetivos do Milénio (ODM) largamente analisados pelos seus investigadores, mas com uma abordagem mais direta do ODM 2 (Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher) e do ODM 7 (Garantir a sustentabilidade ambiental).

Em suma, os cientistas sociais da UMinho têm vindo a impactar positivamente na produção do conhecimento, também de outras ciências, através de uma fertilização de saberes cruzados, promovendo uma visão integradora e mais holística, diríamos até mais humana, da sociedade.

Em múltiplos *forae*, com papéis relevantes nas associações académicas nacionais e internacionais, os cientistas sociais do ICS têm tido um papel relevante na produção do pensamento crítico, na contribuição para o debate público das questões relevantes da contemporaneidade e na ação da construção e de

autoreflexão sobre a própria universidade (*e.g.*, Gonçalves, 2001; Martins, 2015, 2020). Moisés Martins protagonizou vários contributos em defesa das Ciências Sociais face à hegemonia da técnica, ao imperativo numérico dos resultados quantitativos, dos sistemas de avaliação e de financiamento da investigação, denunciando os efeitos perniciosos da política científica: “Com a entronização de procedimentos de matriz tecnológica, que certificam no ensino, na investigação e nos serviços, meros automatismos de rotinas e conformidades (...) a universidade deixou de contar com o pensamento (2020, pp. 150-151), acrescentando que: “Alienada da sua natureza própria e equivocada sobre os interesses que acima de tudo deve servir, a universidade tem-se tornado, entretanto, mais opaca, o que quer dizer, menos participativa e menos democrática, menos livre, e muito mais dependente de lógicas que lhe são alheias (...)” (2020, p. 152).

Num paradigma institucional que cai na tentação de objetificar, simplificar e quantificar o conhecimento e outros bens públicos, as universidades devem constituir-se como espaços de salvaguarda do debate e do conhecimento partilhado (Weymans, 2010), que pode e deve ser apropriado pelos cidadãos. Com a consolidação da ideia de conhecimento como bem público, produzido no interesse público, com uma presença construtiva e constitutiva da esfera pública (Fraser, 1990), ou semipública (Verschaffel, 2009), o papel das Ciências Sociais centradas no debate, no contraditório, na expressão do conflito e de perspectivas diferenciadas, torna-se porventura (ainda) mais relevante.

POSICIONAMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E PRINCIPAIS DESAFIOS SOCIETAIS NA PROMOÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA

As Ciências Sociais da UMinho revelaram, desde o seu início, a capacidade necessária para denunciarem e lidarem com os problemas da sociedade num tempo marcado pela globalização. Têm vindo a constituir-se, portanto, como um contributo, que importa salientar, para o desenvolvimento das ciências exatas e a desempenhar um papel determinante na compreensão e antecipação dos problemas. A vertiginosa velocidade a que se sucedem os acontecimentos, nomeadamente na área tecnológica, tem proporcionado um papel cada vez mais relevante às Ciências Sociais.

Depois de um limitado sucesso dos Oito Objetivos do Milénio, assinados, para o período de 2000-2015, pelo maior número de países e Estados de que há registo na história da Humanidade, foram assumidos, em finais de 2015, pelas Nações Unidas, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) (UN-GGIM: Europe, 2019). No ICS da UMinho, os Oitos Objetivos do Milénio emergiram em alguns projetos, em associação com a UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), referentes ao seu cumprimento (ou não) em cidades como a de Guimarães.

Os ODS passaram a dedicar atenção a alguns aspetos que tinham sido referenciados como ausentes da anterior estratégia implementada até 2015. Na realidade, foi reconhecida uma visão parcial do desenvolvimento, por não serem considerados aspetos essenciais, como a paz, a segurança ou os direitos humanos. Concomitantemente, a estratégia ligada aos Oito Objetivos do Milénio indicou uma visão simplificada do desenvolvimento, por usar um número pequeno de metas e incluir fenómenos complexos e multidimensionais (Ferreira, 2013). No caso dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, assumiu, em 2015, “como uma visão comum necessária para a Humanidade, compreendendo um contrato social entre os líderes mundiais e os povos. São uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta, e um plano para o sucesso” (Agenda 2030 – Global Compact – acedido a 25/06/2023).

Neste contexto, foram lançadas pistas para que as Ciências Sociais da UMinho se focassem no desenvolvimento de projetos de investigação e de intervenção na comunidade que procurassem dar resposta a estes desafios, complementados por outros de interesse nacional, regional e local. Assim, têm sido vários os projetos que se encontram em consonância, com, pelo menos, dez dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nas seguintes áreas:

- promoção do acesso à saúde (ODS 3);
- acesso à educação inclusiva e promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (ODS 4);
- promoção da igualdade de género e empoderamento das mulheres (ODS 5);
- promoção do crescimento económico inclusivo e sustentável e trabalho digno para todos (ODS 8);
- redução das desigualdades (ODS 10);
- tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (ODS 11);
- garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis (ODS 12);
- adoção de medidas para combater as alterações climáticas e os seus impactos (ODS 13);
- proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade (ODS 15);

- promoção de sociedades pacíficas e inclusivas e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis (ODS 16).

Com recurso a uma abordagem simples, que permita evidenciar as temáticas mais estudadas pelos membros do ICS nos últimos dez anos, foi efetuada uma nuvem de palavras¹ utilizando os títulos dos projetos de investigação desenvolvidos entre 2013 e 2023 nos quatro centros de investigação. Deste modo, é possível perceber que, em termos de escala de análise, os estudos que têm por base o território nacional (Portugal é a palavra mais vezes citada) são os que mais se destacam, facto que pode ser considerado como um indicador do reconhecimento da qualidade de investigação que é efetuada no ICS.

Por outro lado, fica igualmente patente a importância crescente de estudos efetuados à escala europeia, confirmando a aposta numa investigação científica com impactes internacionais. Juntam-se a estes, projetos de investigação que incidem no espaço lusófono e ibérico, fruto dos laços culturais e de cooperação que se verificam entre Portugal, Espanha e os países de língua portuguesa, assente em colaborações múltiplas entre professores, investigadores e estudantes destes três espaços geográficos.

Contudo, as escalas regionais e locais não ficaram esquecidas e também está presente a investigação direcionada para os territórios que se localizam no Noroeste português (perceptível através de referências a Braga, Guimarães, Porto, Norte ou Minho). Esta continuidade de estudos que se centram na região em que a Universidade se insere, significa a manutenção do compromisso assumido de contribuir para o desenvolvimento social e económico da região, promovendo a interação com a sociedade, através da análise e da apresentação de soluções para os principais problemas do seu quotidiano.

Pormenorizando um pouco mais, a diversidade das Ciências Sociais da Universidade do Minho, abrangendo as áreas científicas de Antropologia, Arqueologia, Ciências da Comunicação, Geografia, História e Sociologia, tem dado o seu contributo para a missão da universidade no que concerne à sua ligação com a comunidade. Esse empenho reflete-se nas temáticas investigadas. Apesar de muitos dos professores/investigadores optarem por exercícios empíricos ligados a territórios muito diversos, o exercício conceptual também tem

¹ *Wordcloud* é uma imagem resumo com as palavras mais usadas (Portugal; cultura; política; media; comunicação; climáticas; sociais; europa...) nos projetos de investigação que integram membros dos centros de investigação do ICS (CECS, Lab2PT, CICS e CRIA)

ocorrido. A insistência em modelos de desenvolvimento sustentável, em consonância com os ODS, com um elevado número de casos de estudo, a aplicação de tecnologias na análise espacial e social, a denúncia das desigualdades de gênero e um maior entendimento e capacidade de sucesso de novos modelos familiares têm suscitado grande interesse por parte de professores, investigadores e estudantes. A interação com a sociedade, através da análise e propostas de resolução ou mitigação dos principais problemas do quotidiano, sempre numa perspetiva de valorização de recursos locais, fica patente em temáticas como a cultura, o turismo, a habitação, a interculturalidade, a identidade ou a cidadania.

Mas a investigação desenvolvida no seio do ICS também se preocupa com os grandes desafios que se colocam à sociedade no espaço global. Abordagens, frequentemente multi e transdisciplinares, têm sido adotadas em projetos relacionados com as alterações climáticas, a(s) pandemia(s) ou os incêndios.

A curto e médio prazo, a comunidade do ICS ambiciona ter a possibilidade de investir e dar contributos em áreas temáticas emergentes e em que se tem verificado um menor comprometimento. A própria formação educativa do ICS, a consolidação da carreira de investigação e a transição de gerações académicas, formadas à luz de novos paradigmas, perspetivam linhas de investigação que se poderão debruçar sobre áreas como: os impactes das novas tecnologias (a inteligência artificial ou a robótica) na forma como as pessoas trabalham, comunicam e interagem; a resiliência comunitária às alterações climáticas, a análise dos novos desafios políticos e sociais, como a polarização política, o extremismo e o nacionalismo; as novas formas de ativismo digital, a pressão migratória e o acolhimento de refugiados, que colocam novos desafios às políticas migratórias à escala global e, não menos relevantes, os estudos culturais e da paisagem ou as perspetivas do cuidado e bem estar organizacional.

Uma compreensão das necessidades e uma ligação mais efetiva das instituições universitárias ao seu entorno têm sido mais evidentes em Portugal nas últimas três décadas, quando o próprio desenvolvimento dos territórios passou a assumir o modelo *bottom-up*, permitindo uma maior participação e uma maior inclusão dos vários atores dos territórios.

A utilização do conhecimento foi-se tornando fundamental, por se ter convertido no principal ativo da produção, sendo considerado como um novo motor de desenvolvimento económico. Além da formação de profissionais e de cientistas, a universidade tem tido confrontada com o desafio da “criação” de empreendedores.

Passou a ser inevitável o comprometimento das universidades com a economia local, porque, entre outros fatores, a competitividade dos territórios deriva da

sua capacidade para criar e utilizar o conhecimento e as universidades desempenham um papel significativo neste processo, estando a educação e a investigação que promovem implicadas na promoção do desenvolvimento económico e social.

PRINCIPAIS ILAÇÕES E CAMINHOS FUTUROS

As universidades de quarta geração devem combinar a dupla função da investigação e do ensino, desempenhando o papel de protagonistas no processo de cocriação do desenvolvimento sustentável, e almejando concretizá-lo em sintonia com os *stakeholders* existentes dentro e fora dos seus limites institucionais.

É indiscutível que as atividades de sucesso da UMinho têm impactado, sobretudo nas últimas décadas, na economia e competitividade da região onde se integra e onde tem atuado.

Não obstante, a UMinho necessita de fomentar mais a colaboração multi e transdisciplinar, quer ao nível da atividade pedagógica quer da atividade científica. Com a crescente dificuldade de financiamento das universidades e o envelhecimento do seu corpo docente, tem-se assistido, nos últimos anos, a uma elevada dificuldade em assegurar a lecionação de Unidades Curriculares, que antes eram nucleares, e assiste-se à perda de colaborações entre várias áreas científicas. Concomitantemente, os planos de estudos têm sido sistematicamente reduzidos em termos da sua duração e da carga horária semanal, atendendo às exigências imediatas do mercado de trabalho, mas induzindo dificuldades acrescidas e cortes de várias Unidades Curriculares, consideradas estruturantes num passado recente. De forma inequívoca, a comunidade ICS UMinho, pela essência das ciências que lhe dão corpo, tem revelado uma articulação entre os vários saberes de formação e de investigação, assim como uma postura combativa e, nalguns casos, de último reduto, na luta contra a perda de importância desses saberes.

Importa também destacar que os membros desta Unidade Orgânica continuam a apostar num *modus operandi* em termos de organização de eventos científicos, que, além de insistir na organização de eventos de cariz internacional, continua a dar atenção à organização de eventos de cariz mais local e regional, com uma elevada participação das instituições do território imediato. A postura diferenciadora do ICS contraria um predomínio de organização de eventos científicos internacionais que se vai instalando na UMinho, onde a cocriação com os *stakeholders* mais imediatos é menos facilitada.

As universidades portuguesas, incluindo a UMinho, continuam a ser encaradas, pela classe política e pelo tecido empresarial, como ambientes de produção de ciência, grande parte das vezes com reduzida abertura à sociedade

civil. Adite-se, também, a dificuldade de acompanhamento da velocidade das inúmeras transformações que se vão operando fora da instituição. A comunidade do ICS UMinho tem tentado contrariar este cenário, continuando a trilhar um caminho de maior entrosamento com a sociedade civil.

Com os desafios sem precedentes que a União Europeia tem enfrentado (*e.g.*, elevado desemprego associado a lento crescimento económico, pressão migratória e sérios desafios em matéria ambiental e de segurança (www.compete2020.gov.pt/noticias/detalhe/Dez-Prioridades-Europa – acedido a 20/05/2023), tem sido crescente a necessidade de concretização de investigação mais aplicada e que consiga dar contributos para a resolução dos desafios sociais mais prementes (ADC, 2023). O Portugal 2020, um acordo de parceria com a Comissão Europeia (onde atuaram os cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento), esteve ligado, entre 2014 e 2020, à política de desenvolvimento económico, social e territorial a encetar em Portugal. Definiu princípios de programação alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, seguindo a Estratégia Europa 2020.

Já a agenda para o desenvolvimento sustentável para Portugal 2030 inclui quatro domínios temáticos: Competitividade e Internacionalização, Inclusão Social e Emprego, Capital Humano e Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos e prevê na sua linha de ação a aposta no ensino superior e na formação avançada (Plataforma Portuguesa da ONGD, 2020).

Face aos números inferiores à média europeia da taxa de diplomados (Portugal 2030, p. 13), alguns objetivos específicos incluem incentivar a formação ao longo da vida e aumentar o número de diplomados pelo ensino superior (50% na faixa de 30-34 anos) até 2030 (Portugal 2030, p. 37).

Se as últimas décadas têm ajudado a desenhar, no seio do ICS, linhas de investigação cada vez mais estruturadas, que se têm caracterizado pela consistência das respostas e pela instigação das reflexões, o futuro desenha-se alinhado com as questões contemporâneas colocadas pelos grandes desafios sociais e ambientais.

No sentido de promover uma maior solidez do ICS na UMinho e uma maior consistência no seu relacionamento com os territórios e as comunidades, aumentando o seu contributo para o alcance dos 17 ODS, em particular para o ODS 4 – Educação de Qualidade, torna-se imperioso trilhar mais caminhos disruptivos subjacentes a uma visão mais integradora das várias dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, social e ambiental), uma visão holística e inclusiva, aberta à fertilização virtuosa dos saberes das diferentes disciplinas da Ciências Sociais e, sempre, ao serviço da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ADC - Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2023). *Plano Global de Avaliação 2014/2020. Relatório Síntese dos Resultados das Avaliações. Volume 1*, Lisboa.
- Alves, A. (2010). “As Ciências Sociais na Universidade do Minho: do projeto de 1976 ao presente e além”, in M. de Lemos Martins (Org.), *Caminhos nas Ciências Sociais: memória, mudança social e razão – estudos de homenagem a Manuel da Silva e Costa*, 9-18.
- Barnett, R. (2005). Recapturing the universal in the university. *Educational Philosophy and Theory* 37(6), 785-97.
- Eco, U. (2016). *Por que as universidades?* Discurso proferido na Aula Magna de Santa Lucia, Universidade de Bolonha, Itália, em 20 de setembro de 2013, https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/656188/mod_folder/content/0/Extras/Por%20que%20as%20universidades.pdf
- Ferreira, P.M. (2013). *A Agenda Pós-2015 para o Desenvolvimento: da redução da pobreza ao desenvolvimento inclusivo?*, IMVF Policy Paper 1/2013, Lisboa.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy, *Social Text*, 25/26, 56-80.
- Gonçalves, A. (2001). O sentido de comunidade num mundo às avessas: o realismo grotesco nas tradições académicas de Braga. *sl*, sn.
- Lukovics, M.; Zuti, B. (2015). “New Functions of Universities in Century XXI Towards “Fourth Generation” Universities”, *Transition Studies Review*, 22(2), 33-48.
- Martins, M. L. (2015). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405-420. [https://doi.org/10.17231/comsoc.27\(2015\).2109](https://doi.org/10.17231/comsoc.27(2015).2109)
- Martins, M. L. (2020). Em defesa da universidade e em defesa da ciência. In M. Oliveira; H. Machado; J. Sarmiento & M. C. Ribeiro (Eds.), *Sociedade e crise(s)* (pp. 149-157). Braga: UMinho Editora.
- Nunes, A.S. (1988). “Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal”, *Análise Social*, XXIV (100), 11-55.
- Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho (1987). *Cadernos do Noroeste*, I(1).
- Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho (1989). *Cadernos do Noroeste*, II(2-3).
- Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho (1990). *Cadernos do Noroeste*, III(1-2).
- Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho (1994). *Cadernos do Noroeste*, 7(1).
- Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho (1995). *Cadernos do Noroeste*, 8(2).
- Plataforma Portuguesa das ONGD (2020). Portugal e a Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável, Agosto 2020, Lisboa, 978-989-54011-3-0, <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/portugaleaagenda2030paraodesenvolvimentosustentavel.pdf>
- Portugal 2030 (2021). Acordo de Parceria 2021-2027, República Portuguesa, https://portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/3/2022/07/sfc2021-PA-2021PT16FFPA001-2.0_vf.pdf
- UN-GGIM: Europe (2019). *The territorial dimension in SDG indicators: geospatial data analysis and its integration with statistical data*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- Verschaffel, B. (2009). Semi-public spaces: The spatial logic of institutions. In R. Geenens & R. Tinnevelt, *Does truth matter?*, 133-46. Dordrecht: Springer.
- Weymans, W. (2010). Democracy, knowledge and critique: rethinking European universities beyond tradition and the market, *London Review of Education*, 8(2), 117-126.

WEBGRAFIA

- [http://www.sociologia.uminho.pt/departamento/-link do Departamento de Sociologia da UMinho](http://www.sociologia.uminho.pt/departamento/-link-do-Departamento-de-Sociologia-da-UMinho) (acedido a 18/04/2023).
- http://cics.uminho.pt/arquivo/?page_id=420&lang=pt – link do CICS (acedido a 18/4/2023).
- [http://www.sociologia.uminho.pt/departamento/-link do Departamento de Sociologia](http://www.sociologia.uminho.pt/departamento/-link-do-Departamento-de-Sociologia) (acedido a 18/4/2023).
- <https://www.cecs.uminho.pt/sobre-o-cecs/quem-somos/> – link do CECS (acedido a 2/4/2023).
- [http://cics.uminho.pt/arquivo/-link do Centro de Investigação em Ciências Sociais \(CICS\)](http://cics.uminho.pt/arquivo/-link-do-Centro-de-Investigacao-em-Ciencias-Sociais-CICS) - (acedido a 2/4/2023).
- <https://www.compete2020.gov.pt/noticias/detalhe/Dez-Prioridades-Europa> (acedido a 26/04/2023).
- <https://portugal2020.pt/portugal-2020/o-que-e-o-portugal-2020/> (acedido a 26/04/2023).